

REVIVER EM VILA VERDE: CEM ANOS DE HISTÓRIA, POR ELVIRA LOPES*

Ouvi hoje, na televisão, o escritor holandês radicado em Portugal, Gerrit Komrij, dizer algumas coisas verdadeiras sobre os Portugueses, fazendo-o com uma fina ironia, tão fina que nós próprios, habitualmente complexados sempre que um estrangeiro nos “ousa” criticar, só poderemos rir-nos de nós mesmos, se tivermos ainda suficiente lucidez para o fazermos. Não irei reproduzir aqui essas deliciosas graças, gostaria apenas de invocar uma afirmação que será chocante para quem preferir não se confrontar com a realidade, *escapando* para um mundo virtual qualquer, afinal há muito por onde escolher. Dizia o poeta neerlandês, que Portugal é um país de ricos muito ricos e de pobres muito pobres, os ricos são muito arrogantes e desprezam os pobres, os pobres são demasiado pobres para desprezarem os ricos. Só mais ideia sua gostaria aqui de reter: o Português dá um passo em frente, como na Revolução de Abril, mas logo em seguida, indeterminado como é, recua dois, levando esta sua característica a que tudo adquira o aspecto de uma farsa nesta nossa tão estranha terra, pelo menos estranha ao olhar de um estrangeiro. O que terá tudo isto a ver com a escritora, já falecida, Elvira Lopes e o seu «Vila Verde: Cem Anos de História», é algo que prometo ao leitor esclarecer em seguida.

Nesta permanente farsa em que o Português se compraz em viver, com raras exceções, nesta teatralização da vida, neste faz de conta que se é o que se não é, as regras não devem ser desrespeitadas, sob o risco de se cair na autenticidade, no genuíno, no verdadeiro, pecado quase mortal para o nosso carácter, luxo a que só os estrangeiros ou algum luso extravagante e estrangeirado se podem entregar. Com tal pendor para o disfarce, não admira que passado e presente se confundam, e que o futuro seja uma saudade constante, uma espera pelo providencial, uma questão de maior ou menor fé. Assim, por trás do Portugal democrático, farsa de mau gosto *para Inglês ver*, agitam-se os fantasmas da velha ordem, a concentração excessiva de riqueza em meia dúzia de mãos, a suspeita de corrupção impune no Estado, com a pouco consoladora diferença de não haver um partido único, mas vários, por onde se escolher para fazer o «negociozinho» da vida, sim, que a vida é só um negócio bem ou mal sucedido, em que a alma e o espírito não têm de meter o bedelho. Já chega de brincar com a paciência do leitor, vamos ao que verdadeiramente nos move, o livro de Elvira Lopes.

Não foi em vão, contudo, tão longo intróito, pois precisávamos de enquadrar, de categorizar esta obra tão singular, para que o leitor parta com as ideias arrumadas para as suas próprias conclusões. No reino da burguesia, com seus padrões académicos, suas ciências humanas ou exactas, neste capitalismo em que «somos todos burgueses», como defendia Mário Cesariny, é bom avisar que há mais vida para além dos gostos dessa imensa classe média que a democracia soube criar para sua própria defesa. Os nobres que ainda existem não se dedicam às Letras, ou só muito excepcionalmente, os eclesiásticos fazem-no cada vez menos, se exceptuarmos a coutada da Teologia, e um ou

outro raro poeta; quem faz então a actual literatura portuguesa, senão esse «centrão», literatura das classes médias para as classes médias, segundo cânones e gostos internacionais, cada vez mais globalizados e desenraizados, aceites por milhões de leitores nos mais diversos países?

Elvira Lopes é uma saloia que ama a sua terra de nascença, Vila Verde, no concelho de Sintra, e que por esse motivo escreveu o presente livro, para lembrar e fixar para a posteridade uma realidade que está a desaparecer vorazmente. A primeira perplexidade que o seu livro nos levanta é justamente sobre o significado de *ser saloio*. Muitos autores discorreram já sobre o tema, mas aqui buscaremos o máximo denominador comum, aquele ponto em que todos se encontram de acordo: saloio é o habitante das zonas rurais circundantes da cidade de Lisboa, com a qual tem mantido ao longo dos séculos fortes vínculos, sobretudo de natureza económica. Repare o leitor paciente neste *sobretudo*, porque a grande urbe quase só exigia do saloio que este lhe fornecesse a cozinha e a mesa com seus frutos, suas verduras, seu pão, seu vinho, e, mais ocasionalmente, com suas carnes e peixes; não esqueçamos, porém, os ovos, o leite, o queijo, a manteiga e, até há pouco tempo, os cereais, além de, evidentemente, os impostos. Esse tão antigo relacionamento deixou praticamente intacto, todavia, o *modus vivendi* do homem saloio, mesmo quando o cidadão aqui começou a veranejar, e a corte e sofisticados estrangeiros urbanizaram a vila de Sintra, no sentido mais elevado possível que a palavra urbanizar possa ter. Pois Elvira Lopes, no seu fresco histórico de uma egrégia povoação deste reino sintrense, oferece ao leitor uma visão dinâmica e palpitante do que foi - no sentido de acção acabada no passado, que o pretérito perfeito simples expressa - um universo rural intacto na sua cultura, e por cultura entendo tudo o que não é directamente ditado pelo económico, mas pela necessidade de afirmação do ser social, costumes, falares, artes, divertimentos. No entanto, seria absurdo deduzir desta leitura que o saloio está morto, melhor seria talvez falar de um estado agónico, da perda de faculdades importantes para quem se quer vivo, por conseguinte, consciente de si, como sejam a memória das origens, a percepção de si próprio como sujeito individuado, mas portador de uma cultura comunitária local na relação com o meio mais amplamente envolvente, o que poderá levar o doente a um colapso em prazo não muito longo.

Elvira Lopes é uma mulher do povo a escrever, esse «povo» que, de tão mitificado, se tornou quase irreconhecível, mas o mesmo povo que, ao lado dos nobres e dos clérigos, deu escritores a Portugal como Fernão Lopes ou Gil Vicente. O bom gosto burguês e académico de hoje classificará Elvira Lopes rapidamente como uma escrevente de pouca instrução, assumindo que *afinal somos (devíamos ser...) todos burgueses*, e pressupondo nisso que, só com muita erudição, poderá alguém, um dia, ser um “bom” escritor. Erro grosseiro de quem vive enlevado num cosmopolitismo uniformizador e aplanador de gostos e pensamentos. Para quem ama profunda e comovidamente a Literatura, «Vila Verde – Cem Anos de História» pode oferecer um genuíno prazer de leitura e uma fonte de inspiração para os que voam nas asas da criação. O seu «povo» é o saloio numa época, repetimos, em que este mantinha quase intacto o seu

modo de vida, e em que a relação económica subsistente durante séculos entre ele e a grande cidade vizinha foi, compensatoriamente, a condição *sine qua non* da sua própria existência como ser cultural definido. O que mais nos confortou foi, aliás, a confirmação da ideia de que o saloio gozou, desde o dealbar da nacionalidade, de excepcionais condições de autonomia no conjunto das classes sociais portuguesas, autonomia, alforria, ou até, se quisermos, liberdade que não existia no regime senhorial do Norte ou latifundiário do Sul. O saloio, porém, não constituía um grupo igualitário e nivelado, havia proprietários e arrendatários, patrões e jornaleiros, cavaleiros-vilãos e peões, mas comparadas com o Norte da aristocracia e o Sul das ordens religiosas e militares, as diferenças sociais intra-saloias eram muito mais esbatidas.

Deparamos, assim, no universo social descrito em «Vila Verde», com uma comunidade que, apesar de ser diferenciada económica e socialmente entre si, não o é tão desgarradamente que não partilhe características comuns no plano identitário, nas suas manifestações religiosas ou profanas que unem e congregam os seus membros. Do mesmo modo que nos factores civilizacionais, ou produtivos, encontraremos mais proximidade do que abissais diferenças. Atentemos na descrição sistemática das casas da povoação que E. Lopes nos presentifica, desde o século XVIII até à actualidade, e teremos um vívido retrato do que é, ou mais precisamente, do que foi, uma casa saloia «média», (a *taxionomia* é nossa), porque face aos extremos, os mais ricos e os mais pobres, esse padrão *médio* serve para avaliar os desvios que os dois grupos mais polarizados da comunidade apresentam. É aqui que a análise de Komrij não é aplicável. Os saloios *sempre* foram uma única classe média, pois nesta região nunca houve grandes senhores ricos e arrogantes, como os do Norte que o Holandês refere, apenas gente mais ou menos rica, mais ou menos pobre, mas em geral mais livre, gente que respondia perante a lei concelhia e o Rei, não perante o senhor, que possuíam quase todos seus pedaços de terra, se auto-sustentavam e vendiam os excedentes; tratava-se de uma sociedade composta maioritariamente de pequenos ou médios proprietários agrícolas, com suas bolsas de jornaleiros, para não falar dos servos ou escravos, constituindo estes, contudo, um grupo pouco numeroso. Assim foi durante séculos e séculos de nacionalidade portuguesa deste termo.

No século XIX, é quando se fixa o padrão da casa de dois pisos - de alto e baixo, no dizer dos vila-verdenses -, construída em pedra e rebocada com cal, sendo de notar a abundância de profissionais pedreiros e canteiros na comunidade. O piso superior era em sobrado, e destinava-se aos quartos de dormir, o de baixo era em pedra ou terra batida, e servia de sala e de cozinha, além de arrumação, podendo haver mais um ou outro quarto. Registe-se aliás que, no século XVIII e anteriores, a casa saloia média era correntemente térrea. Além da habitação propriamente dita, a casa dispunha ainda das arribanas para guarda do gado e ferramentas, a corte do porco, de um pátio com a incontornável figueira, o forno, uma área para a formação do composto, além do imprescindível poço. Aqueles que se dedicavam à agricultura possuíam, ou, em menor número, arrendavam os seus terrenos de cultivo. É curioso verificar que a expansão urbanística do povoado se fazia à custa da construção de novas

casas em terrenos baldios, com muros que surgiam da noite para o dia, tal como recentemente acontecia no país com os bairros chamados de génese ilegal.

Quem quiser observar algumas reconstruções rigorosas de casas saloias médias do século XIX, achará excelentes exemplares se visitar a aldeia da Mata Pequena, no concelho de Mafra, onde Diogo Franco, neto do lendário ceramista popular do Sobreiro, José Franco, prossegue um projecto visionário de turismo rural num ambiente tipicamente saloio reconstituído com genuinidade, desde o mobiliário até à argamassa de cal tradicionalmente usada. Use o leitor amante destas questões do seu tempo livre, e terá em troca uma inesquecível lição de história local nessa visita. Na Vila Verde actual, porém, não encontrará o leitor nem no conjunto, nem singularmente, uma pálida ideia da que foi um dia uma genuína aldeia saloia. Não teve Vila Verde, infelizmente, a sua albergaria para os pobres, os idosos e doentes sem recursos, como tiveram Pernigem ou S. João das Lampas¹, mas havia ali, ao menos, a Casa da Eira, ou Casa das Nove Pedras, uma rudimentar construção destinada a essa função social de apoio aos mais desfavorecidos pela vida.

Se a definição de *casa saloia* não parece, assim, oferecer grande polémica, já a de *casal saloio* poderá não ser tão consensual. Gostaríamos de reter por agora apenas um ponto, em que partilhamos a opinião de E. Lopes, que o casal saloio se situa sempre fora das povoações, isolado no meio dos terrenos que lhe serviam para a agricultura. Um outro aspecto focado pela autora, para mim também evidente, é que o «casal saloio» era uma construção bastante maior do que a casa saloia média, ou seja, o casal saloio era a propriedade dos lavradores mais abastados. Haverá, contudo, que usar de algum cuidado nesta aproximação, pois alguns antigos casais saloios poderão, entretanto, ter sido “engolidos” pelo crescimento das povoações, e surgirem hoje ao olhar desprevenido como casas saloias médias, por se encontrarem dentro da povoação. A autora, porém, não nos fala neste livro somente das casas oitocentistas de Vila Verde, senão também das histórias de vidas que nelas habitaram e se cruzaram. Cada casa conta algo sobre a família que a habitou, as suas singularidades, virtudes e defeitos, reconstituindo aos olhos do leitor uma comunidade em interacção entre si e com o mundo circundante, vivendo e morrendo, amando e sofrendo, cantando e chorando, violenta e doce, um retrato de gente, sintético e profundo, comovedoramente humano.

A mulher que se veste de homem e vai para Lisboa provocar as senhoras que gostam de estar à janela, até que estas, desesperadas com o atrevimento, se recolham e fechavam em suas casas. O pai que matou a filha junto do rio. Bêbedos e outros inúteis sociais, mas também gente boa e amiga do próximo, mulheres bonitas e ciumentas, um cortejo grotesco, mas vivo, como num quadro expressionista, personagens de Raul Brandão, ou um sereno exercício de observação de costumes como no Joyce de *Gente de Dublin*. Para quem gosta de Literatura, este livro é um delicioso percurso pela arqueologia da criatividade literária, pela latência conceptual de uma alma que *sabe* de que substância se faz uma obra de arte. Para os investigadores das ciências humanas o tesouro é, e será, inexaurível.

Nesta região estremenha, não existiam ricos muito ricos nem pobres muito pobres, como já o dissemos, mas uma comunidade historicamente constituída por pequenos e médios proprietários rurais, cujos terrenos e casas possuíam água própria que lhes garantia uma relativa independência enquanto agricultores, e que eram, por outro lado, beneficiados pela proximidade da grande urbe lisboeta, que lhes permitia o escoamento da sua produção excedentária. Mas este livro de memórias regista igualmente um tempo e um modo de vida que hoje estão em franco desaparecimento. A industrialização do concelho de Sintra, iniciada acentuadamente na década de 60 do último século, a pressão urbanística, os fenómenos migratório e emigratório, as alterações no país introduzidas com o 25 de Abril de 1974, e posteriormente com a integração no espaço europeu, levaram em Vila Verde a um abandono radical do sector primário, à transformação das velhas casas e casais saloios em moradias «modernas» incaracterísticas, e das suas arribanas em anexos, alugados numa primeira fase sobretudo a migrantes do Alentejo. O antigo agricultor saloio é desde então em muitos casos um proprietário urbano que vive dos seus rendimentos enquanto tal.

Aqui concordamos plenamente com Komrij, o Português dá um passo em frente – o 25 de Abril –, para depois, assustado com sua própria temeridade, recuar dois ou três, e em vez de ser um homem do Futuro, disposto a aprender a construir um mundo novo, mais solidário, torna-se num elemento híbrido, que aproveita ao máximo as oportunidades materiais que as portas abertas pela Revolução dos Cravos lhe oferecem, enquanto por outro, como se temesse a liberdade que para ele só deve existir no campo material, se agarra às vezes a uma - bastante hipócrita - memória falseada de um tempo histórico em que havia “ordem e respeito”. Como um pouco por toda a parte, também provavelmente acontece hoje em Vila Verde, que aqueles que deviam defender e proteger a sua identidade, pelo menos enquanto memória de uma existência colectiva, são muitas vezes os que com mais denodo se cometem a destruir quaisquer vestígios desse período já mítico da “feliz vida saloia”, em nome do enriquecimento fácil e da ascensão social rápida. Quase trágica farsa.

* ELVIRA LOPES: VILA VERDE, CEM ANOS DE HISTÓRIA.
EDITOR: ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE SINTRA, 1998.

Jorge Telles de Menezes

¹ Martim Soure e sua mulher são fundadores do Hospital de S. Lourenço, em S. João das Lampas, e de outro na Pernigem, chamados também «Albergarias», cuja data aproximada de fundação é 1421. Ver «Arquivo Paroquial de S. João das Lampas», Padre António Ambrósio, Junta de Freguesia de S. João das Lampas, 2000, p. 297.